

DIEGO HENRIQUE SCHUSTER

APOSENTADORIA ESPECIAL E
A NOVA PREVIDÊNCIA:
os caminhos do Direito
Previdenciário



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br
www.alteridade.com.br

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazon	Jairo Enrique Herrera Pérez
Claudia Rosane Roesler	Jairo Gilberto Schäfer
Daniela Cademartori	José Antonio Savaris
Fabiano Hartmann Peixoto	Marcos Garcia Leite
Guido Aguila Grados	Luis Alberto Petit Guerra
Ingo Wolfgang Sarlet	Paulo Márcio Cruz
Isaac Reis	Zenildo Bodnar

S395

Schuster, Diego Henrique
Aposentadoria especial e a nova previdência: os caminhos
do direito previdenciário / Diego Henrique Schuster - 1.ed. --
Curitiba: Alteridade, 2021.
384p.; 23cm

ISBN 978-85-65782-07-4

1. Direito previdenciário. 2. Previdência social –
Legislação. 3. Aposentadoria especial. I. Título.

1192998

CDD 344.032(22.ed)
CDU 349.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação: M^a Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626
Diagramação: Jonny M. Prochnow
Capa: Paulo Benczik

SUMÁRIO

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO	19
Capítulo 2 – APOSENTADORIA ESPECIAL: NOVAS TESES	23
2.1 - Considerações Preliminares e Necessárias.....	23
2.1.1 - A importância dos conceitos jurídicos em matéria previdenciária: (des) continuidades presentes na “nova previdência”	26
2.1.2 - O que deve nos acompanhar.....	28
2.1.3 - Uma mudança no texto constitucional: “são tantas perguntas” (Show da Luna)....	29
2.1.3.1 - Da exigência de carência (180 contribuições mensais) na “nova previdência”	30
2.1.3.2 - Da tabela do artigo 142 da Lei de Benefícios: é possível a idade fixar a carência exigida para depois da EC 103/2019?	35
2.1.3.3 - Do tempo de contribuição na EC 103/2019.....	37
2.1.3.4 - Da conversão do tempo de contribuição para fins de aumento da RMI (Renda Mensal Inicial) da aposentadoria por idade (na regra transitória e geral).....	43
2.1.3.5 - Do direito adquirido.....	45
2.1.3.6 - Do mínimo divisor.....	47
2.1.3.7 - Exclusão de contribuições: cuidado!	49
2.1.4 - Por fim, mas nem tanto.....	49
2.2 - Justiça Social e Pobreza.....	50
2.2.1 - O adicional de 25%: qual a lógica do sistema?.....	53
2.2.2 - O adicional de 25% (para qualquer aposentadoria) à desaposentação: estamos no caminho certo?.....	57
2.2.3 - O adicional de 25% (sobre as demais aposentadorias): o STJ incorreu em ativismo judicial?	59
2.3 - Aposentadoria Enquanto Técnica de Proteção Específica da Previdência Social.....	60
2.3.1 - Os princípios que fundamentam o risco na aposentadoria especial.....	69
2.3.2 - A nova aposentadoria especial: bem-vindos!.....	77
2.3.3 - Uma interpretação hermeneuticamente adequada do artigo 25, § 2º, da EC 103/2019	82
2.3.4 - A conversão do tempo de serviço especial em comum na DER (data de entrada do requerimento) e o fator de conversão após a reforma da previdência: limites e (im) possibilidades	90

2.3.5 - A conversão do tempo de serviço especial em comum dentro da regra de transição da aposentadoria especial	95
2.3.6 - A aplicação da regra de transição prevista no artigo 17 da EC 103/2019 (RT3)...	97
2.3.7 - O cálculo do valor benefício de aposentadoria especial	100
2.3.8 - A aplicação da regra de transição prevista no artigo 20 da EC 103/2019 (RT4).....	105
2.4 - Aposentadoria Especial pela Via da Periculosidade: Vamos Dar “Chance ao Azar”?	106
2.5 - (Im)Possibilidade de Percepção do Benefício da Aposentadoria Especial na Hipótese em que o Segurado Permanece no Exercício de Atividades Laborais Nocivas à Saúde (Tema 709/STF).....	110
Capítulo 3 – CARACTERIZAÇÃO E COMPROVAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL: UMA PROBLEMATIZAÇÃO.....	127
3.1 - Requisitos à Comprovação da Atividade Especial: Quando a Distância Aproxima o Direito Trabalhista do Direito Previdenciário.....	127
3.1.1 - O princípio da precaução diante da ausência de regulamentação e das incertezas quanto aos riscos das nanopartículas: a busca de uma orientação operacional em matéria previdenciária	151
3.2 - Atividade Especial do Vigilante: Com Uso de Arma de Fogo?	156
3.3 - Enquadramento Por Categoria Profissional: Por Analogia?.....	160
3.4 - Motorista de Caminhão e Ônibus: Do Risco à Integridade Física e Mental Até a Vibração	171
3.5 - Os Critérios de Habitualidade e Permanência na Exposição aos Agentes - Eletricidade e Biológicos	179
3.6 - Radiação Solar no Meio Ambiente do Trabalho: Quais as Consequências Jurídicas na Saúde do Trabalhador?	193
3.7 - Agente Físico Ruído Acima de 90 Decibéis: o Mito Grego de Sísifo	199
3.7.1 - Os limites, as metodologias e os procedimentos: como aferir o nível de exposição do trabalhador ao agente físico ruído sem perder de vista o destinatário da norma (de proteção) previdenciária?.....	209
3.8 - Equipamento de Proteção Individual (epi): O Que Forma o Sentido Jurídico de (In) Eficácia em Matéria Previdenciária?	217
3.9 - Diferença entre Auxílio-Doença Previdenciário e Auxílio-Doença Acidentário Para Efeitos de Tempo Permanente de Trabalho Especial.....	235
Capítulo 4 – DIREITO PROCESSUAL (PREVIDENCIÁRIO)	243
4.1 - Resgate da Função do Processo (Previdenciário)	243
4.2 - Prova Pericial: Sistema Jurídico Cobra Critérios Para Seu (In)Deferimento e Não Apenas a Efetivação das Garantias Constitucionais	245
4.2.1 - Qual o limite da dúvida (em desfavor do segurado)?.....	262
4.3 - Laudos por Analogia e Prova Emprestada em Matéria Previdenciária: É Possível se Empratar o Contraditório?	270

4.4 - Regras de Experiência: Utilização nas Ações Previdenciárias	272
4.5 - CPC é Garantia Contra “Armadilhas” em Matéria Previdenciária?.....	279
4.6 - Reafirmação da der na Tese do Fato Superveniente: Uma (Re)Afirmação do Direito Fundamental-Social-Previdenciário	289
4.6.1 - A reafirmação da DER: entre a coerência e a data de ajuizamento da ação....	298
4.6.2 - E quando a aposentadoria concedida na via administrativa impede a concessão do benefício postulado na justiça?	309
4.7 - Como Garantir Celeridade à Luz do Novo Código de Processo Civil? Consideração do Tempo de Serviço Prestado às Forças Armadas Como Especial e Seu Cômputo no RGPS: Desafio Para o Administrador do Tempo, o Juiz!	311
4.7.1 - As considerações preliminares.....	312
4.7.2 - A legitimidade passiva do INSS para conceder o benefício da aposentadoria especial.....	314
4.7.2.1 - Da (im)possibilidade de <i>litisconsórcio passivo necessário</i> entre INSS e União.....	319
4.7.2.2 - Da conexão e/ou suspensão do processo.....	324
4.7.2.3 - Da garantia da duração razoável do processo: o juiz como gestor do tempo	326
4.7.3 - As considerações finais	328
4.8 - É o Fim da Competência Delegada?.....	330
4.9 - Aposentadoria da Pessoa com Deficiência.....	332
Capítulo 5 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO DO INIMIGO	337
5.1 - Discurso Sobre Um Direito de Exceção	337
5.2 - Antecipação da Intervenção Punitiva: a Utilização de Discursos de Justificação Prévia.....	339
5.3 - Flexibilização de Garantias Processuais e o Desrespeito ao Núcleo Duro do Devido Processo Legal (Processo Justo)	345
5.4 - Demonização do Segurado: Destinatário das Normas (de Proteção) Previdenciárias...	353
5.5 - Considerações Finais	366
Capítulo 6 – UMA ÚLTIMA PALAVRA.....	369
REFERÊNCIAS.....	371